



Câmara Municipal de Porto Alegre

Av. Loureiro da Silva, 255 - Bairro Centro Histórico, Porto Alegre/RS, CEP 90013-901
Telefone: (51) 3220-4343 - <http://www.camarapoa.rs.gov.br/>

ATA DE REUNIÃO

ATA DA QUADRAGÉSIMA REUNIÃO (ORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, DIREITOS HUMANOS E SEGURANÇA URBANA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 12-11-2024.

Aos doze dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e quatro, às quatorze horas e trinta e quatro minutos, reuniu-se, na Sala de Reuniões nº 301, deste Legislativo, a Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana da Câmara Municipal de Porto Alegre, com a presença dos vereadores Alvoni Medina, Adeli Sell, Biga Pereira, Fernanda Barth e Pedro Ruas. Constatada a existência de quórum, o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, sendo, de imediato, aprovadas as Atas das seguintes reuniões: Ata da trigésima sexta reunião (ordinária); Ata declaratória da trigésima sétima reunião (ordinária); Ata declaratória da trigésima oitava reunião (ordinária) e a Ata declaratória da trigésima nona reunião (ordinária), tendo sido dispensadas suas leituras. Registra-se que foram APROVADOS, de acordo com os §§ 4º e 5º do art. 42 do Regimento, os seguintes Pareceres: no dia oito de novembro do corrente ano, nº 112/24 (Projeto de Lei do Legislativo nº 312/24 – Processo 0613/24), de autoria do vereador Adeli Sell; nº 113/24 (Projeto de Lei do Legislativo nº 310/24 – Processo 0606/24), de autoria do vereador Alvoni Medina; nº 114/24 (Projeto de Lei do Legislativo nº 174/24 – Processo 0335/24), de autoria do vereador Cláudio Conceição. Dando continuidade, o senhor Presidente informou que esta Reunião trataria do tema que Autismo não é uma palavra da moda, mas, sim, uma realidade sofrida e vivenciada, convidando para compor a mesa, as senhoras: Erika Rocha (Angelina Luz e Projeto Orgulho Autista); Nelson Khalil (Presidente do Conselho Estadual das Pessoas com Deficiência - COPEDE); Rosenice Camboim Brittes (Associação de Familiares e Amigos das Pessoas com Autismo - AFAPA), Inara Beatriz Amaral Ruas (Presidente do Conselho Estadual de Saúde); Geórgia Volkmer (Secretaria Municipal de Saúde - SMS); Josiara Alves de Souza (Diretora Centro de Referência do Transtorno Autista - Certa e Vice-presidente do Conselho Municipal de Educação); Renata Ribeiro Pardal (Coordenadora de educação especial na Secretaria Municipal de Educação), Julyana Vaz Pinto Ribeiro (Hospital Vila Nova). A seguir, o senhor Presidente concedeu a palavra aos presentes para suas manifestações. O vereador Pedro Ruas iniciou sua fala referenciando o fato do CERTA não ter mais vagas disponíveis. A vereadora Fernanda Barth argumentou que antes não havia um centro, e agora há. Contudo, a oferta do município é inferior ao número de casos. Ademais, ressaltou sobre a importância das entidades se regularizarem, a fim de seguirem recebendo emendas, apoio público e seguirem legalizadas. A senhora Erika Rocha enfatizou que o autismo não é uma síndrome, e, sim, um transtorno, em que cada autista tem sua singularidade. Ainda, argumentou que, a partir de reuniões e demandas dos projetos das pessoas autistas, que surgiu o CERTA. Disse que isso é um direito, e não um benefício do município. Além disso, reforçou que deveria ter mais de um Centro de referência para as pessoas autistas no município, dividido por regiões, haja vista que apenas um não é o suficiente. Enfatizou, ainda, a necessidade da implementação e execução de práticas que visam o combate ao bullying, e que considera muito ruim o fato de ter apenas um agente de inclusão para cada dez crianças com Transtorno Espectro Autista - TEA. Também, relatou que o modo de seleção dos agentes é superficial. A exemplo disso, trouxe o caso de um homem que se inscreveu para o cargo e que, após três horas foi selecionado. Entretanto, este selecionado foi diagnosticado com esquizofrenia e bipolaridade. Além do fato de já ter aparecido em uma reportagem em que ele estava correndo pelado em Porto Alegre. Diante disso, enfatizou que muitas crianças podem estar correndo perigo, pela falta de critério de seleção dos agentes, que é feito por uma empresa terceirizada, e não pela Secretaria de Educação. Por fim, questionou o porquê do Certa ainda não está no portal da transparência do Município, visto que recebe milhões em emendas. A senhora Roseline Brites relatou que há quatrocentos e quarenta e um associados, somente de Porto Alegre, e que as crianças aguardam por mais de duzentos dias para conseguir o laudo e atendimento com terapia e os possíveis tratamentos. Relatou que a maioria das mães atípicas vivem com o Benefício de Prestação Continuada, e não conseguem todo o apoio necessário. A senhora Inara Ruas afirmou que a saúde é um direito de todos e dever do Estado e que este, tem deixado muito a desejar, sobretudo quando trata-se de pessoas com TEA. Ressaltou que existe vida profissional e produtiva para pessoas autistas, desde que elas tenham acesso ao tratamento necessário. O senhor Nelson Kalih afirmou que é um dever da prefeitura ter instituído o CERTA. Entretanto, afirmou que falta melhorar e ampliar o atendimento. Inclusive, afirmou que grande parte da ocupação do referido Centro de Referência se dá judicialmente. Ademais, ressaltou a necessidade do Poder Público ter um olhar especial à pauta de todas as pessoas com deficiência, seja física, visual ou mental. Afirmou que as respostas oriundas do Poder público, muitas vezes, servem apenas como modo paliativo, mas não eficaz. Ainda, argumentou que, se com o autismo, que é um tema que está em evidência, o poder público não consegue atender a demanda. Então, para as outras deficiências, a situação é bem pior. A senhora Geórgia Volkmer afirmou que há a intenção do Executivo Municipal de abrir novos Centros de referências. Todavia, o processo é demorado, mas que está em andamento. Além disso, afirmou que a meta não é criar apenas centros de referências, mas, sim, ter centros integrados com acesso à saúde, educação e assistência social. A senhora Josiara Alves de Souza ressaltou que ter o CERTA é de extrema importância, visto que, pela primeira vez, há um espaço que une a saúde, a assistência social e a educação. Enfatizou, assim, que a política pública deve ser ampliada e não mitigada. A senhora Julyana Vaz Pinto Ribeiro argumentou que, na maioria dos atendimentos, há a necessidade de que seja individual, e não coletivo. Entretanto, falta recursos humanos para seguir com esses atendimentos. Ressaltou, ainda, a importância da participação da família durante todo o processo de tratamento e

acompanhamento. A senhora Renata Ribeiro Pardal informou que o Município trabalha com a resolução nº 13, a qual trata da permanência das crianças nas escolas. Ainda, informou que a empresa terceirizada que contrata os agentes é a Associação Brasileira de Educação Saúde e Assistência Social - ABESS. A vereadora Biga Pereira questionou sobre a rotatividade dos profissionais do CERTA, pois isso é muito ruim para a adaptação das crianças. Relatou que já enviou diversos pedidos de informações à Prefeitura, e que as respostas são sem soluções. Inclusive, trouxe um exemplo de uma resposta recebida, a qual há a informação que o prazo para receber o laudo está sendo de mais de quatrocentos dias. O vereador Adeli Sell argumentou a importância de haver um grupo de trabalho no sentido de esclarecimentos à população, além de haver concursos para as secretarias municipais, a fim de atender às demandas trazidas. Além disso, lembrou que há pessoas idosas autistas, mas que o assunto é pouco falado. A senhora Laisa Oliveira da Luz relatou que o filho é autista e que, geralmente, fica apenas quinze minutos na Escola, pois as professoras ligam para ela ir buscar o filho. Além disso, relatou que uma monitora da escola, conhecida da comunidade, é usuária de drogas. Disse, ainda, que quer ter uma vida, trabalhar e estudar, mas não consegue, em virtude da falta dos cumprimentos dos direitos básicos para o seu filho, sobretudo o de permanecer na escola. Manifestaram-se, ainda, as senhoras Ariane de Souza Padilha e Luciana Vacari. Após as manifestações, definiu-se como encaminhamento o envio, em nome da CEDECONDH, de pedido de informações ao Executivo, com informações relativas ao atendimento, demandas e transparência do CERTA, Além de informações sobre o prazo para laudos e do modo de contratação dos agentes de inclusão, feitos pela ABESS. Registra-se que o inteiro teor dos debates, após transcrição, fará parte integrante desta Ata, bem como a lista de presenças desta Reunião. Os trabalhos forma presididos pelos vereadores Alvoní Medina e Pedro Ruas. Às dezesseis horas e trinta e quatro minutos, nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente declarou encerrada esta Reunião. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo senhor Presidente, vereador Alvoní Medina.



Documento assinado eletronicamente por **Alvoní Medina Nunes, Vereador**, em 14/11/2024, às 13:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Art. 10, § 2º da Medida Provisória nº 2200-2/2001 e nas Resoluções de Mesa nºs 491/15, 495/15 e 504/15 da Câmara Municipal de Porto Alegre.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.camarapoa.rs.gov.br>, informando o código verificador **0810015** e o código CRC **AE4446D8**.